



**EDITORIAL****P.3** AUSÊNCIA DE AÇÃO NÃO É SOLUÇÃO**AÇÃO SINDICAL****P.4** FNE FECHOU CAMPANHA DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO ME**P.5** GALERIA DE IMAGENS DA CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO ME**P.6** FAIXAS PELO COMBATE À PRECARIÉDADA E PELO REJUVENESCIMENTO NA EDUCAÇÃO**P.7** GALERIA DE IMAGENS DA 3ª E 4ª SEMANA DA CAMPANHA "POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE»**P.8** ALUNOS MOSTRARAM TALENTO NO CONCURSO "POR UM PLANETA MAIS VERDE"**P.9** FNE ALERTOU ME «QUE A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS IMPLICA MAIS RECURSOS»**P.10** FNE CELEBROU DIA MUNDIAL DO AMBIENTE COM MENSAGEM PERSONALIZADA**PERGUNTA DO MÊS****P.11** A QUANTIDADE DE TRABALHO NA ESCOLA AUMENTOU SIGNIFICATIVAMENTE**ENTREVISTA****P.12 À P.14** LUÍS RIBEIRO, PRESIDENTE DA APEI: "DOS 0 AOS 3 ANOS ESTÁ QUASE TUDO POR FAZER"**NA MINHA OPINIÃO****P.15** (DES) INCENTIVOS À CARREIRA DOCENTE**WEBINÁRIO****P.16** CARTAZ IX CONVENÇÃO DA FNE, CONFAP E ANDAEP**P.17 À P.19** IX CONVENÇÃO FNE, CONFAP, ANDAEP: «O FUTURO DA EDUCAÇÃO ESTÁ ONLIFE, NÃO ONLINE»**P.20, P.21** MÁRIO MOURÃO, DO SBN: «A NEGOCIAÇÃO COLETIVA ESTÁ A DEGRADAR-SE»**P.22, P.23** SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO NO REINO UNIDO - NASUWT PREPARADO PARA TSUNAMIS FUTUROS**NÃO DOCENTES****P.24, P.25** O TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO**SAÚDE****P.26 À P.28** RESNET DA IE INTERLIGA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E SAÚDE**LEGISLAÇÃO****P.29 À P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE MAIO A 25 DE JUNHO DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

JUNHO 2021

**proprietário**

Federação Nacional da Educação

**diretor**

João Dias da Silva

**produção de conteúdos**

Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**

Teresa Morais

**sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte \*

Sindicato dos Professores da Zona Centro \*

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \*

Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusiadas \*

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**

Joaquim Fernandes

**redação**

Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*

tel. 225 073 880 \*

secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**

Rafael Marques e Tiago Soares



# AUSÊNCIA DE AÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

Ao longo de quatro semanas, nos meses de maio e junho, dirigentes e ativistas de todos os Sindicatos da FNE deixaram em mais de 200 escolas faixas que enunciam a necessidade e urgência de ações concretas que permitam a concretização de uma educação de qualidade.

Esta ação sublinhou que há múltiplos aspetos do nosso sistema educativo que precisam de alterações de políticas.

É essencial que haja um reforço do investimento em educação, até porque continuamos com verbas de Orçamento do Estado que continuam a ser inferiores às de 2009 e 2010. E o Ministério da Educação não duplica as verbas por estar a anunciá-las por mais do que uma vez ou ao apresentar as mesmas verbas sob designações ou programas diferentes, como ainda agora aconteceu com o Programa 21/23 Escola+.

É urgente reconhecer os profissionais da educação através de medidas concretas no desenvolvimento das carreiras que façam com que se eliminem os fatores meramente administrativos que atrasam as progressões, apenas com a preocupação de embaratecer os custos dos trabalhadores que são imprescindíveis, como é o caso das quotas para atribuição de menções avaliativas mais elevadas ou das vagas para acesso aos 5º e 7º escalões.

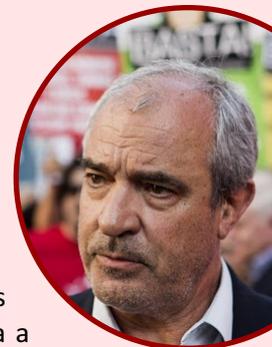
Não se pode continuar com os níveis e dimensões de precariedade que continuam a marcar os profissionais do setor, de que é evidência a idade média com que vão entrar este ano nos quadros muitos docentes ou ainda o recurso a Contratos de Emprego Inserção no caso de Trabalhadores Não Docentes.

O rejuvenescimento dos profissionais deste setor deveria constituir um objetivo, com programas claros e eficientes que reconheçam as condições em que se deve assegurar uma transição de profissionais com mais experiência para profissionais mais novos.

A FNE tem insistido nestas e em outras áreas de políticas educativas, mas o Ministério da Educação permanece insensível e incapaz de propor uma linha de trabalho que articule sistemicamente a multiplicidade de questões que não podem ser adiadas.

A verdade é que em relação a tudo o Ministério da Educação revela uma incapacidade incompreensível para admitir os problemas que todos antecipam e que não se resolvem por si.

A qualidade do futuro que vamos viver depende do que se fizer agora e a ausência de ação não é a solução.



*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral

# FNE FECHOU CAMPANHA DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO ME

A FNE encerrou a 8 de junho a sua campanha "Por Uma Educação de Qualidade" com uma concentração de dirigentes em frente às instalações do Ministério da Educação (ME), em Lisboa, e com a entrega à tutela de um documento reivindicativo para o setor.

A campanha "Por Uma Educação de Qualidade" decorreu em simultâneo com organizações de 27 países europeus, filiadas no Comité Sindical Europeu da Educação, ou seja, a Região Europa da Internacional da Educação e teve o seu início em 10 de maio.

Através da afixação de faixas alusivas à qualidade da educação em escolas de todo o país e Regiões Autónomas, os profissionais do setor demonstraram, reunidos nos seus Sindicatos, que estão fortemente empenhados na concretização de políticas educativas que combatam as desigualdades e assegurem uma educação inclusiva, com propostas particulares para a recuperação de aprendizagens, devido aos malefícios da pandemia.

A concentração em frente ao ME foi a forma encontrada pela FNE para fazer chegar à tutela as suas reivindicações que estiveram patentes em toda esta iniciativa, em resposta a um projeto da organização sindical europeia que integra a grande maioria das organizações sindicais da área da educação, o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), ou seja, a região europeia da Internacional da Educação.

"Os profissionais da educação foram essenciais em todas as circunstâncias da pandemia e não houve, da parte do Governo português, o devido reconhecimento e valorização destes profissionais", disse o Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva em declarações no local, demonstrando que acrescentando ainda que "a carreira de docente já tinha problemas estruturais antes da pandemia - como o envelhecimento dos professores -, no entanto, foi a situação pandémica que veio confirmar que são significativos e precisam de rápida resolução".

O SG da FNE lembrou ainda que "não há ainda, neste momento, da parte do Governo, do Ministério da Educação, qualquer disponibilidade para pegar nas linhas de trabalho que são essenciais para que tenhamos uma educação de qualidade. Não basta ter o esforço e mobilização dos profissionais. É preciso que estes se sintam reconhecidos, valorizados e que aconteçam melhorias nas suas condições de desenvolvimento profissional, de estabilidade e perspectivas na carreira, e isso não existe", referiu.

A FNE e os seus dez sindicatos demonstraram assim na rua o seu total empenho na procura de respostas para a promoção de políticas que ofereçam respostas adequadas aos problemas que têm vindo a ser identificados e para os quais a federação tem apresentado propostas ao ME devidamente sustentadas.

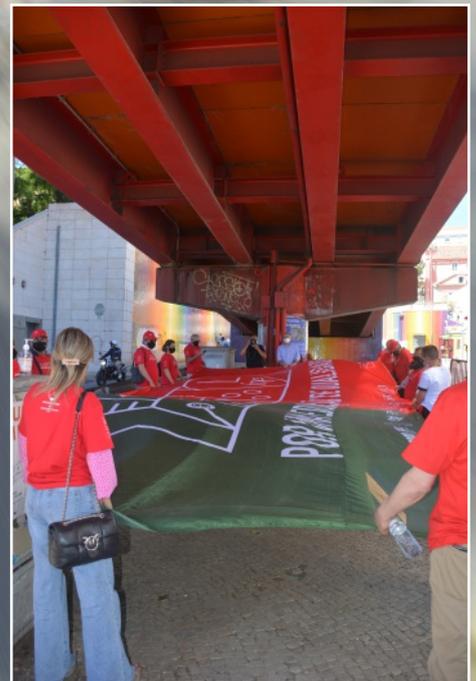
Mas para isso é imprescindível que se iniciem os processos negociais indispensáveis para a determinação de medidas legislativas, que promovam respostas concretas aos profissionais da Educação e a todo o sistema educativo.

Todas estas preocupações constam do memorando entregue por João Dias da Silva, ao ME, com as várias propostas que a FNE tem vindo a apresentar à tutela, no sentido de se encontrarem soluções que valorizem os trabalhadores da educação do nosso país e lhes garantam condições dignas para o exercício profissional, no contexto exigente em que vivemos.

A concentração de 8 de junho, em Lisboa, em prol de uma Educação de Qualidade, provou mais uma vez que os Trabalhadores da Educação portugueses podem contar com a FNE e com os seus Sindicatos para garantir que se cumpram as expectativas de valorização profissional, com mais investimento, sem precariedade e com o tão urgente e esperado rejuvenescimento dos quadros.



www.fne.pt



# FAIXAS PELO COMBATE À PRECARIEDADE E PELO REJUVENESCIMENTO NA EDUCAÇÃO

Às Exigências de Valorização dos Profissionais da Educação e de Mais Investimento no Setor, temas das duas primeiras semanas desta ação, seguiram-se os alertas para a eliminação da precariedade, que continua a marcar o percurso de muitos profissionais da educação – docentes e não docentes, da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do ensino superior e também, na quarta semana o alerta para a necessidade de promover o rejuvenescimento de todos os profissionais da educação, em todos os setores e níveis de ensino.

Nestas semanas lembrou-se o quanto a FNE tem insistido na urgência de novas medidas tendentes a promover a estabilidade e a minimizar o grau de precariedade do corpo docente tais como eliminar os constrangimentos administrativos impostos na atribuição das menções de Muito Bom e Excelente e na determinação de vagas para acesso aos 5º e 7º escalões, para além de se concluir a plena contabilização de todo o tempo de serviço prestado; a revisão do regime de concursos de docentes dos ensinos básico e secundário; proceder à alteração do paradigma dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP), definindo-o como um quadro transitório de vinculação, e que sejam concluídos os processos relativos ao PREVPAP no ensino superior e na investigação.

Também em relação aos trabalhadores não docentes, a FNE combateu vigorosamente o recurso a trabalhadores incluídos em Programas Ocupacionais (CEI), participou ativamente no PREVPAP, insiste e não desiste de uma atualização justa da designada Portaria de Rácios. A FNE continuará a combater a integração dos Trabalhadores Não Docentes no processo de transferência de competências para os Municípios e vai continuar a insistir numa revisão do SIADAP, que vise a eliminação dos constrangimentos administrativos no desenvolvimento de carreira.

Já relativamente ao envelhecimento do corpo docente, ficou o lembrete através da faixa da quarta semana de campanha de que a FNE tem feito chegar ao Ministério várias propostas e desafios até ao final da Legislatura (2023), como o de assegurar em atividade pelo menos 10% de docentes com menos de 30 anos; o direito à aposentação, sem penalizações, a todos os docentes que atinjam os 60 anos de idade e 36 anos de serviço, ou que atinjam os 40 anos de serviço independentemente da idade; que sejam estabelecidas modalidades de trabalho letivo a tempo parcial a partir dos 55 anos de idade, mantendo a contagem do tempo integral para efeitos de aposentação; e que sejam criados incentivos de fixação aos quadros.

O rejuvenescimento está também relacionado com a escassez de professores nas escolas e em contexto de formação inicial, o que prefigura um grave problema de equidade e de inclusão para a escola pública de qualidade, para o qual a FNE tem vindo a alertar.

Com esta campanha, a FNE reforçou a mensagem de que, apesar de se mostrarem essenciais, imprescindíveis e dedicados, os educadores, professores e todos os Trabalhadores da Educação olham com profundo desagrado para o facto de continuar a não existir da parte do Governo qualquer medida específica de reconhecimento e valorização, que responda a anseios legítimos há muito identificados e a carecer de respostas por parte da tutela.

**Às Exigências de Valorização dos Profissionais da Educação e de Mais Investimento no Setor, temas das duas primeiras semanas desta ação, seguiram-se os alertas para a eliminação da precariedade e rejuvenescimento do setor.**



# GALERIA DE FOTOGRAFIAS POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



www.fne.pt



# ALUNOS MOSTRARAM TALENTO NO CONCURSO "POR UM PLANETA MAIS VERDE"

Foram divulgados a 1 de junho, os vencedores do concurso "Por um Planeta mais verde" lançado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação Para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) e todos os seus Sindicatos filiados no passado dia 21 de março e que contou com mais de 500 participações de alunos de todo o país.

Esta iniciativa envolveu crianças e jovens desde o Ensino Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, nas modalidades de desenho/arte plástica, fotografia e poesia e desafiou os alunos de todo o país, através dos seus educadores e professores, a apresentar trabalhos alusivos ao tema da importância da proteção das árvores e das florestas, para a sustentabilidade do planeta.

**Concurso  
"Por um  
Planeta  
mais verde"  
lançado pela  
FNE e AFIET,  
contou com  
mais de 500  
participa-  
ções de  
alunos de  
todo o país.**

[CLIQUE AQUI PARA VER AS FOTOGRAFIAS DOS TRABALHOS DOS VENCEDORES.](#)

## 1º ESCALÃO

### 1º lugar

Trabalho nº 572  
(JI de Moutidos)

### 2º lugar

Trabalho nº 293  
(sala 4, JI nº 7,  
José Carlos da Maia)

### 3º lugar

Trabalho nº 575  
(turma C2,  
JI de Condominhas)

## 2º ESCALÃO

### 1º lugar

Trabalho nº 155  
(1º ano, Centro  
Escolar de Fermedo)

### 2º lugar

Trabalho nº 69  
(turma B, 1º ano, Escola  
Básica da Regedoura)

### 3º lugar

Trabalho nº 141  
(turma 3º e 4º ano,  
EB 2 da Serra das Minas)

## 3º ESCALÃO

### 1º lugar

Trabalho nº 128 (Francisco  
José Ferreira Mateus)

### 2º lugar

Trabalho nº 374  
(Maria Alverca Leitão)

### 3º lugar

Trabalho nº 555  
(Daniela Correia)

## 4º ESCALÃO

### 1º lugar

Trabalho nº 64  
(Sofia Carvalho)

### 2º lugar

Trabalho nº 427  
(Raquel Claro)

### 3º lugar

Trabalho nº 498  
(Liliana Rodrigues)



[www.fne.pt](http://www.fne.pt)



# FNE ALERTOU ME «QUE A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS IMPLICA MAIS RECURSOS»

O Ministério da Educação reuniu e ouviu a FNE sobre o “Plano de Recuperação das Aprendizagens – Plano 21/23 Escola+”, apresentado publicamente a 1 junho e que deverá ser aprovado em breve em Conselho de Ministros.

Por altura do lançamento do programa a FNE deixou o alerta através de um comunicado em que afirmava que este “tem de assentar numa efetiva atribuição de condições para que as escolas possam definir planos próprios de intervenção”. Em concreto, a FNE considerou imediatamente que as escolas necessitam de mais recursos humanos e materiais, de poder reduzir o número de alunos por turma e por docente, de conseguir que os professores orientem a sua atividade exclusivamente para os processos de ensino-aprendizagem e que os seus limites de trabalho não sejam ultrapassados.

E no encontro por video conferência a 16 junho, com o Secretário de Estado, João Costa, a FNE recordou a tutela para a necessidade de as escolas disporem de recursos financeiros e humanos que permitam colocar em marcha o plano de recuperação das aprendizagens.

“Deixámos as nossas preocupações quanto à concretização do plano”, disse o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva no final do encontro em que a FNE reforçou a ideia de que a verba de cerca de 900 milhões de euros, com que o “Plano 21|23 Escola+” conta, não poder acontecer apenas no papel pois “não basta anunciar um valor, é preciso que o Ministério das Finanças o disponibilize”.

João Dias da Silva lembrou também os últimos anos letivos em que milhares de estudantes começaram as aulas sem ter todos os professores atribuídos e os casos das escolas onde foi difícil conseguir que os docentes aceitassem as vagas avisando que “são necessárias medidas em

termos de atratividade das condições de recrutamento, para que não se repita a situação de alunos sem professor ou de alunos sem professor com uma habilitação profissional adequada”.

Nesta reunião a FNE voltou a defender que é preciso voltar a negociar matérias que garantam condições adequadas para o exercício profissional docente e não docente, sendo preciso apostar em carreiras profissionais, salários e condições de trabalho, assim como em mais professores, defendendo ainda um reforço de técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais, assim como um investimento na qualificação e formação contínua de todos os profissionais.

Com um investimento total de cerca de 900 milhões de euros, o plano para os próximos dois anos letivos assenta em três grandes prioridades: “ensinar e aprender”, “apoiar as comunidades educativas” e “conhecer e avaliar”.

Dos 900 milhões, 140 milhões destinam-se ao reforço de recursos humanos nas escolas, 43,5 milhões para a formação dos professores e não docentes, 47,3 milhões para o aumento dos recursos digitais e 670 milhões para a modernização dos equipamentos e infraestruturas das escolas.

O “Plano 21|23 Escola+”, com orientações para o trabalho que as escolas deverão desenvolver nos próximos dois anos no âmbito da recuperação de aprendizagens foi apresentado a 1 de junho pelo Ministro da Educação.

**Relativamente ao reforço anunciado pelo ME de mais 3.300 docentes o SG da FNE disse não saber se serão suficientes: “Não sei se chegam ou não. Não pode haver um número mágico limite. É preciso é que haja uma resposta às reais necessidades”.**

[Consulte aqui o "Plano 21|23 Escola+"](#)



# FNE CELEBROU DIA MUNDIAL DO AMBIENTE COM MENSAGEM PERSONALIZADA



A FNE não deixou passar em branco a comemoração do Dia Mundial do Ambiente e associou-se às celebrações através do Desafio “Agir em defesa do planeta”, lançado a professores e alunos, em que se pedia uma frase ou uma mensagem sobre o tema “Agir em defesa do planeta”.

A frase vencedora ficaria habilitada para a elaboração de um cartaz afixado no Dia Mundial do Ambiente, a 5 de junho.

E desta forma, Francisco Pereira, de Coimbra, com a frase "O nosso futuro está nas nossas mãos. E tu, o que fazes por isso?" foi o vencedor deste concurso lançado pela FNE no dia 22 de abril, Dia da Terra.

A frase vencedora ficou então associada ao cartaz alusivo ao Dia do Ambiente, que se festeja anualmente a 5 de junho, sendo esta mais uma data à qual a FNE se associou para sensibilizar e motivar a sociedade para uma maior consciência social, de forma a coletivamente agirmos em defesa do nosso planeta.

## RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS

O Dia Mundial do Meio Ambiente é celebrado no dia 5 de junho e foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução (XXVII) de 15 de dezembro de 1972. Todos os anos, nesse dia, diversas organizações da sociedade civil lançam manifestos e tomam medidas para relembrar o público geral da necessidade de preservação do meio ambiente.

Este ano o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é Restauração de Ecossistemas. O Paquistão será o anfitrião mundial desta data e o Dia Mundial do Meio Ambiente 2021 testemunhará o lançamento da Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas.

A restauração do ecossistema pode assumir várias formas: plantação de árvores, tornar cidades verdes, restauração de jardins, mudança na alimentação ou limpeza de rios e costas. Essa é a geração que pode fazer as pazes com a natureza.

**Francisco Pereira, de Coimbra, com a frase "O nosso futuro está nas nossas mãos. E tu, o que fazes por isso?" foi o vencedor deste concurso lançado pela FNE no dia 22 de abril, Dia da Terra.**



# A QUANTIDADE DE TRABALHO NA ESCOLA AUMENTOU SIGNIFICATIVAMENTE

Mais de 75% dos educadores, professores e trabalhadores não docentes nas nossas escolas consideram que ao longo do último ano a quantidade de trabalho a que foram chamados aumentou significativamente.

Este foi o resultado da iniciativa “A sua opinião conta...”, lançada no site da FNE e que recolheu a opinião de cerca de 600 docentes e não docentes de todos os setores de ensino de todo o país.

Já nas consultas que a FNE tinha lançado nos meses anteriores, a propósito da apreciação das condições em que estava a decorrer o regresso ao ensino presencial, a questão do excesso de trabalho tinha sido identificada como um dos problemas que suscitava mais preocupações entre os participantes.

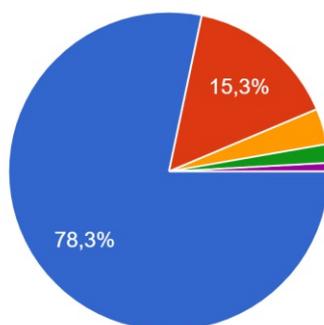
A FNE tem vindo a colocar entre as questões mais relevantes para a ação reivindicativa a garantia do respeito pelos limites que a lei estabelece para o tempo de trabalho. A verdade, no entanto, é que se tem vindo a registar o sistemático atropelo a esses limites.

Para os Educadores e Professores, uma das razões para esta situação é a indefinição sobre os conteúdos da componente letiva e da componente não letiva de estabelecimento, o que faz com que em muitas circunstâncias o tempo de trabalho com alunos seja contabilizado indevidamente na componente letiva, o que se traduz num crescimento indevido dessa componente e que ultrapassa os limites que a lei estabelece.

Por outro lado ainda, a indefinição sobre as atividades a incluir na componente não letiva de estabelecimento faz com que esta seja um poço sem fundo de horas de trabalho de que as escolas se socorrem para conseguirem funcionar, sem terem de recorrer à contratação de mais docentes.

A FNE vai continuar a trabalhar arduamente no combate a este flagelo da ultrapassagem sistemática dos limites do tempo de trabalho nas nossas escolas.

Como caracteriza a quantidade de trabalho que realizou ao longo do último ano?  
580 respostas



- Aumentou significativamente
- Aumentou ligeiramente
- Não se alterou
- Diminuiu ligeiramente
- Diminuiu significativamente

# LUÍS RIBEIRO, PRESIDENTE DA APEI: “DOS 0 AOS 3 ANOS ESTÁ QUASE TUDO POR FAZER”

Num mês marcado pela comemoração do Dia Mundial da Criança, o Jornal FNE entrevistou Luís Ribeiro, Presidente da Associação de Profissionais de Educação de Infância – APEI, sobre os problemas e desafios deste tão importante setor de ensino no nosso país. Um dos primeiros homens a ser formado em educação de infância em Portugal (1985), Luís Ribeiro defende que “dos 0 aos 3 anos está quase tudo por fazer”.

**JORNAL FNE (JF) - O QUE É A APEI E QUAIS OS SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS?**

**Luís Ribeiro (LR)** - A APEI é uma associação profissional, que está consagrada do ponto de vista da Constituição Portuguesa. No fundo existem dois tipos de associações profissionais: as públicas, que na prática são as Ordens, que certificam a entrada na profissão; e temos também as associações profissionais privadas, como é o caso da APEI, que normalmente estão ligadas a uma área do saber ou nível de ensino, e que têm como principal missão o desenvolvimento profissional dos seus associados, neste caso os profissionais dos Educadores de Infância. O grande desígnio da Associação é prestar um apoio, uma retaguarda profissional, aos educadores de infância e a outros profissionais que trabalham com crianças dos 0-6 anos.

**JF - QUAIS SÃO OS GRANDES DESAFIOS QUE SE COLOCAM NO IMEDIATO À EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL? E NO FUTURO?**

**LR** - Os desafios que se colocam atualmente são os que vamos ter no futuro. O maior problema, que nos coloca fora do quadro dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), é neste momento a não inclusão dos 0-3 anos no sistema educativo. É uma limitação ao desenvolvimento da Educação de Infância em Portugal. Estamos a desenvolver uma série de iniciativas, como uma petição que entregámos na Assembleia da República (AR), que vai ser discutida em plenário brevemente, mas por aí há um grande desafio que se coloca: é preciso apostar na formação contínua, quer através de cursos e ações de formação, quer através de ciclos de seminários. Aí há um grande desafio, pois as pessoas tornam-se melhores profissionais na medida em que apostam no desenvolvimento profissional ao longo da sua vida, não se fixando apenas em graus académicos. Portanto, esse é onde fazemos um grande investimento. O grande desafio no futuro é ter profissionais mais qualificados e que consigam fazer a ponte entre o que a investigação evidencia e o domínio de práticas inovadoras no trabalho com crianças.



**JF - MARÇAL GRILO, DAVID JUSTINO, ISABEL ALÇADA, JOAQUIM AZEVEDO, MARIA EMÍLIA BREDERODE SANTOS E CARLOS NETO SÃO ALGUNS DOS SUBSCRITORES DA PETIÇÃO QUE A APEI ENTREGOU NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. QUE IMPACTO TIVERAM ESTAS PERSONALIDADES NA AR E NO GOVERNO? E EM QUE PONTO SE ENCONTRA A PETIÇÃO NESTE MOMENTO?**

**LR** - No fundo, vieram dar credibilidade inicial ao lançamento da petição. Isso provocou, e foi notório, uma consciencialização, pois em 2019 nas eleições todos os partidos políticos apresentaram algo sobre os 0-3 anos nos seus programas, algo que não acontecia no passado. Há pois uma mudança na perceção social e na petição o processo foi natural. Recolhemos 14 mil assinaturas, fizemos um movimento ligado ao nosso papel de promoção de práticas de qualidade na Educação de infância, realizando ciclos de seminários desde 2016, que abrangem mais de 8 mil educadores. No caso, mais de metade dos educadores de infância passaram por esses ciclos e lançámos cerca de 200 ações de formação contínua. Na prática, todos os educadores de infância de Portugal passaram por ações da APEI. E muitas ações centradas nos 0-3 anos, passando a haver reconhecimento até junto dos educadores, pois muitos não tinham perceção da importância educativa dos 0-3 anos. O papel da APEI ajudou a promover uma consciência junto da classe. E neste momento o que podemos dizer é que, quando fomos recebidos na Comissão Parlamentar da Educação para apresentar os argumentos que sustentam a petição, foi interessante perceber como todos os partidos reconheceram a importância e pertinência desta petição. Noutras circunstâncias isso não iria acontecer.

Depois também destacamos que a Comissão de Educação envolveu diversos atores da política de educação como sindicatos, associações de diretores de agrupamentos, o CNE, confederações de associações de pais, acabando todos por reconhecer a importância desta petição. Por isso não temos ninguém que não reconheça a pertinência da petição, mas o que estamos a falar agora é de natureza política e que envolve posições de diferentes partidos na AR. Isto joga-se noutra plano, devido à clivagem entre esquerda e direita, por via da "geringonça", e criou uma situação mais complexa de negociação política. Mas neste momento o maior problema é como é que vai ser jogado na "arena política", neste caso no Parlamento.



**JF - A EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA É HOJE RECONHECIDA EM TODO O MUNDO COMO A BASE DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO. ATÉ QUE PONTO É QUE UMA EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA UNIVERSAL EM PORTUGAL PODERIA TER ALAVANCADO AS QUALIFICAÇÕES DOS PORTUGUESES DESDE A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO DE 1986?**

**LR** - Isso aconteceu. Nós sabemos que os resultados do PISA da OCDE têm sido em crescendo desde a sua primeira edição de 2000. E isso tem que ver com o investimento na educação pré-escolar, não só pós-25 abril, mas porque a primeira grande alteração que invoca a Educação de Infância, que na prática a invoca na Lei de Bases do Sistema Educativo, é de 1973, com o Ministro Veiga Simão. Isso criou as bases para a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar e foi uma mudança muito significativa. As respostas que são dadas nos primeiros seis anos de vida são fundamentais, não apenas no desenvolvimento escolar, mas também do ser humano em si mesmo. É fundamental. E não há nenhum país que olhe para o seu futuro sem apostar na qualificação das pessoas, que começa na Educação de infância.

**"Há uma mudança na perceção social e na petição o processo foi natural. Recolhemos 14 mil assinaturas e fizemos um movimento ligado ao nosso papel de promoção de práticas de qualidade na Educação de infância".**



**JF - AO CONTRÁRIO DO QUE ACONTECE NA MAIORIA DOS PAÍSES, A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO SÓ CONSAGRA A EDUCAÇÃO A PARTIR DO PRÉ-ESCOLAR, IGNORANDO O PERÍODO QUE VAI DO NASCIMENTO AOS 3 ANOS. PARA QUANDO A INTEGRAÇÃO DESTE PERÍODO DAS CRIANÇAS NUMA VERDADEIRA EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA?**

LR - No fundo temos de entender as coisas no contexto histórico em que ocorrem. A aposta no pré-escolar e a universalização no acesso ocorreu com maior expressão nos anos 90, principalmente em 1997, com a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, que confere uma qualificação ao nível de mestrado na formação inicial, e na Lei Quadro da Educação Pré-escolar, que criou condições para uma explosão das respostas. A inclusão dos 0-3 anos só começou a beneficiar com o resultado da investigação das neurociências, que vieram revolucionar a forma como olhamos para os primeiros anos de vida. É uma investigação mais recente, com mais expressão no século XXI e que evidenciou que todas as experiências possibilitadas às crianças nos primeiros anos de vida marcam para o resto da vida aquela pessoa.

As experiências das quais não temos memória são algo que dificulta a afirmação da importância da educação dos 0-3 anos, pois o que nos lembramos é normalmente a partir da escola primária. Ora, as neurociências vieram colocar o período dos 0 aos 3 anos como uma etapa fulcral e vários países deram logo o passo de unificar a educação de infância. Este é um propósito fundamental em Portugal, onde não existe o reconhecimento do sistema educativo pela educação 0-3 anos, área que é tutelada pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, como uma resposta meramente social e nunca como uma resposta essencialmente educativa. A Escandinávia e a Espanha há muitos anos que unificaram o período educativo dos 0-6 anos e há uma tendência universal nesse caminho, onde nós, inevitavelmente iremos cair mais tarde ou mais cedo.

**JF - MUDAR (E ADAPTAR) A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO AOS DESAFIOS DO PRESENTE IMPLICA UM ESFORÇO DE TODA A SOCIEDADE. ESTA MUDANÇA É POSSÍVEL OU CONTINUARÁ A SER UMA FICÇÃO?**

LR - Às vezes criamos a ideia de que "uma mentira dita muitas vezes passa a verdade". E a realidade é que uma alteração da Lei de Bases não tem uma implicação direta, nomeadamente financeira, e é importante desmontar essa ideia. Por exemplo, a Lei de Bases do Sistema Educativo é de 1986. Só tivemos a Lei Quadro 11 anos depois, em 1997, e

só 30 anos depois é que garantimos a universalização do acesso de crianças de quatro e cinco anos à Educação Pré-Escolar.

Isto mostra bem o que aconteceu na Educação Pré-Escolar. Não demos esquecer que na Educação de Infância a inclusão da componente educativa nos 0-3 anos não existe, mas ela não deixa de ser social. E para a resposta social já há financiamentos. Só no plano de resiliência o governo tem previstos 400M diretos para a primeira infância. Não há aqui nenhum esforço pedido ao país para alargar a resposta nos 0-3 anos do ponto de vista financeiro.

Depois há outro fantasma, que tem a ver com a contagem de serviço dos Educadores de Infância que trabalham nos 0-3 anos. É quase imoral esse tempo não ser contado, porque os Educadores de Infância em Portugal, por lei, têm qualificação altíssima, de mestrado, que só a Islândia tem. Todos os outros países têm qualificações inferiores. E depois por lei as creches são obrigadas a ter um educador de infância qualificado. Se exige presença desse educador nos 0-3 anos, se é reconhecida a sua importância, é imoral não considerarem a contagem deste tempo de serviço.



Mas também não existem implicações do ponto de vista de financeiro, porque o tempo de serviço só tem implicações quando os Educadores de Infância passam para a rede pública, isto é, para o Ministério da Educação (ME). Ora, essa realidade não existe e só poderia acontecer criando uma rede pública de creches. E mesmo nessa rede os Educadores de Infância iriam entrar no 3º/4º escalão e enfrentar as barreiras do 5º e do 7º escalão, que impedem o acréscimo de massa salarial. Portanto, por todas as razões, com rede pública ou não, nada iria onerar o Orçamento de Estado.

O que a APEI defende não é a criação de uma rede pública de creches, porque defendemos uma oferta pública nos 0-3 anos. Apenas não a defendemos através do ME, no sentido como existe a educação pré-escolar. O que defendemos é a tutela do ME, mas achamos que esta rede deve ser através de iniciativa autárquica, o que permite que cada autarquia possa avançar mais ou menos nessa cobertura. No interior vai avançar mais, como sabemos, mas nas grandes metrópoles vai ser mais difícil porque há mais população. A nossa cobertura anda nos 52% nos 0-3 anos, mas o facto é que não há nenhuma razão financeira que não justifique a alteração da Lei de Bases.

**"A inclusão dos 0-3 anos só começou a beneficiar com o resultado da investigação das neurociências".**

**Conclusão no próximo Jornal da FNE**

**Tiago Soares  
Jornal FNE**

## (DES) INCENTIVOS À CARREIRA DOCENTE

É premente para o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) que sejam adotadas decisões políticas capazes de reverter o ciclo de degradação das condições do exercício profissional dos educadores de infância e dos professores dos Açores. Urge pensar e decidir com seriedade a implementação de iniciativas que visem incentivar a estabilidade do pessoal docente e tornar a profissão atrativa. É fulcral os decisores políticos serem capazes de assumir verdadeiramente o compromisso de, conjuntamente com os parceiros sociais, emitir legislação de amplo consenso regional, a bem do futuro da educação nos Açores.

O papel do professor é fundamental no processo de ensino aprendizagem. Os recursos humanos é que fazem a diferença na aprendizagem e no sucesso dos alunos. Reivindica o SDPA que se queremos ter sucesso educativo deveremos ter os melhores profissionais, motivados e em situação de estabilidade laboral. É factual a diminuição do número de docentes disponíveis para fazer face às necessidades do sistema educativo regional.

O Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores determina preceitos normativos para incentivar a fixação dos docentes.

A verdade é que os mesmos apenas têm servido para constar e não estão a ser concretizados. Por

diversas ocasiões instou este Sindicato os responsáveis políticos para a premência da atribuição de incentivos, alertando que, com seriedade, se encontrassem soluções mais ambiciosas capazes de concorrer para a efetiva fixação de docentes nas diversas ilhas do arquipélago açoriano, nomeadamente, a concessão de suplementos remuneratórios, de apoios na deslocação e transporte dos docentes e familiares, a comparticipação no arrendamento de habitação ou a disponibilização de habitação para arrendamento a menores custos, ou ainda a atribuição de montantes financeiros ou bonificação de juros bancários para aquisição de habitação própria permanente.

Perante a realidade regional, se quisermos reverter a tendência da escassez de docentes qualificados, rejuvenescer a profissão docente e torná-la atrativa, de molde a aliciar os melhores profissionais para o ensino, sobretudo nesta fase pós-pandemia, onde os recursos humanos são mais necessários que nunca, teremos de promover condições que contemplem dimensões manifestamente do domínio do aliciamento e da atratividade.

*Ricardo Baptista*  
*Presidente do SDPA*



22 MAIO 2021  
10H00 - 17H00

IX  
CONVENÇÃO  
NACIONAL

# PENSAR, AVALIAR E AGIR COM INOVAÇÃO

Uma escola com menos papéis e com  
um papel cada vez mais importante

webinar

-  Luís Borges Gouveia  
Universidade Fernando Pessoa
-  José António Moreira  
Universidade ABERIA
-  Rui Frinidade  
Universidade do Porto
-  Francisco Ferreira  
Associação ZERO

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



# IX CONVENÇÃO FNE, CONFAP, ANDAEP: «O FUTURO DA EDUCAÇÃO ESTÁ ONLIFE, NÃO ONLINE»



Considerada por todos uma das melhores de sempre, a IX Convenção da FNE, CONFAP e ANDAEP, de 22 de maio de 2021, decorreu sob o signo da Inovação, que não dispensa o analógico, mas funde-o com ambientes e estratégias digitais, num hibridismo educativo em busca de uma nova pedagogia, baseada na construção de presencialidades e de um novo ecossistema da escola, pois, como resumiu António José Moreira, da Universidade Aberta (UA), “o futuro da educação está onlife (na vida), não online”.



Depois da primeira cascata de depoimentos gravados de alunos em torno da importância da escola, coube ao Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, desejar a todos um bom dia e apresentar o deputado Firmino Marques, Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto. Aludindo ao tema da Convenção, “Pensar, Avaliar e Agir Com Inovação - Uma escola com menos papéis e com um papel cada vez mais importante”, Firmino

Marques sublinhou que, no contexto da pandemia, os professores, alunos, pais e autarquias demonstraram uma elevada capacidade de adaptação e reinvenção e que precisamos agora de construir uma escola “sem fronteiras, de janela e portão abertos para o mundo”.



Por sua vez, João Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Educação (SEAE), referiu que o vírus tirou-nos as certezas todas, incluindo a nossa relação com o tempo, que passou a ser a.C. (antes da Covid) e d.C. (depois da Covid). João Costa elogiou o trabalho dos professores e acentuou que “foi, é, tem sido e vai continuar a ser um momento de aprendizagem”, pois não podemos esquecer que, no ano passado, “tivemos três anos letivos num só: presencial, a distância e misto”. Num contexto que continua a pôr-nos à prova, urge pois “termos a voz dos alunos no centro do debate educativo”, nunca esquecendo “que a escola faz parte da resposta social”. Para o SEAE, “temos que nos orgulhar do sistema educativo português” que, de acordo com o SG da FNE, anseia pelas “melhores soluções, que são as geradas em Diálogo Social”.

**“(…) foi, é, tem sido e vai continuar a ser um momento de aprendizagem, pois não podemos esquecer que, no ano passado, tivemos três anos letivos num só: presencial, a distância e misto”. João Costa**



Após nova cascata de depoimentos de alunos, José António Moreira discorreu sobre “A Escola digital emergente no Pós-pandemia”, com moderação de Manuela Machado (ANDAEP). O Professor da UA sublinhou que queremos um ADN digital, mas não podemos matar o analógico: “Fizemos um percurso de aprendizagem e formação imenso e agora temos que ter tempo para pensar e dar um salto qualitativo nesta escola digital, da qual desconhecemos ainda que configuração vai ter”. Certeza é que “queremos inovar pedagogicamente, construindo presencialidades na escola e na educação, num ecossistema diferente, sem invadir as casas”. Na opinião de José António Moreira, “o papel e a caneta podem perfeitamente trabalhar com telemóveis e tablets”.

O diálogo para o sucesso gira em torno do blended learning (com ambientes pedagógicos analógicos e digitais), pois “a pedagogia controla a tecnologia. Um professor analógico não é pior que um professor digital”. Para si, o grande desafio é o de uma “inovação sustentada e o de uma nova escola digital, muito híbrida, inclusiva, e com uma base física e analógica muito forte”.



### CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NÃO SABEM TUDO

Luís Borges Gouveia, Catedrático da Universidade Fernando Pessoa, apresentou, de seguida, “A Sala de Aula como um espaço de oportunidade num tempo pós-pandémico”, com moderação de Laura Rocha (FNE). Caracterizando de forma expressiva o uso e exploração acelerada do digital e o contexto de transição em que vivemos, historiou a evolução da sociedade da informação e do conhecimento, atribuindo-lhe três características e modificadores essenciais: o uso intensivo de computadores e redes, a informação que conta é digital e a organização que importa é a (sociedade em) rede, numa realidade em que as noções de tempo e espaço ganharam uma nova dimensão. A pandemia foi mais um evento Cisne Negro da humanidade a exigir mudanças de

rumo, caindo num momento de aceleração da inovação nas tecnologias e nas suas aplicações, que transforma pessoas, organizações, o modo como nos relacionamos e a própria natureza das comunidades.

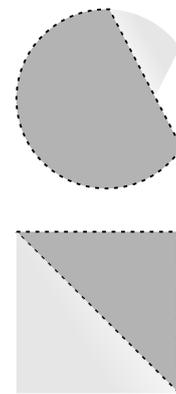
A transformação digital exige uma nova escola, onde o ensinar é sempre mais difícil que aprender ou trabalhar, num mundo em que os novos espaços de confrontação são ciberfísicos e onde o novo ativo são os dados. Este novo mundo exige abertura e tolerância por parte de professores, alunos e gestão das escolas, colaboração entre docentes, co-criar de conteúdos e estratégias, partilha de conhecimento e disponibilidade da comunidade educativa para aprender e recolher boas práticas, experimentar e inovar. Luís Borges Gouveia mencionou ainda três tendências para o ensino e aprendizagem pós-pandémico: adoção de modelos de aprendizagem híbridos, aumento da utilização de tecnologias de aprendizagem e desenvolvimento de uma valência do online.



Na parte da tarde, a IX Convenção começou por contar com duas prestações da Associação Zero, sobre “Que currículo para um mundo em mudança? A Educação Ambiental”: a de Francisco Ferreira, Presidente da Associação, e a de Susana Fonseca, moderados por Rita Nogueira (FNE). Ambos os convidados concluíram que precisamos, cada vez mais, “de uma forte ligação à terra e aos ciclos da Natureza”, que exige duas transformações essenciais: como convencer toda a sociedade a viver com muito menos e como promover a educação ambiental por toda a comunidade.



**“A pandemia foi mais um evento Cisne Negro da humanidade a exigir mudanças de rumo, caindo num momento de aceleração da inovação nas tecnologias e nas suas aplicações” - Luís Borges Gouveia**





Por fim, o Professor Rui Trindade (Universidade do Porto) brindou a IX Convenção com a apresentação “A Construção do currículo no processo educativo”, com moderação de Cristina Paulo Cruz (CONFAP). Com muita fundamentação teórica, Rui Trindade explicou que falar de construir o currículo é perguntar e responder a três questões primordiais: o que se deseja que os alunos façam; o que se pode fazer para que os alunos façam, sejam e aprendam aquilo que se deseja que eles façam, sejam e aprendam; e de que modo se vai avaliar o que docentes e alunos fizeram.

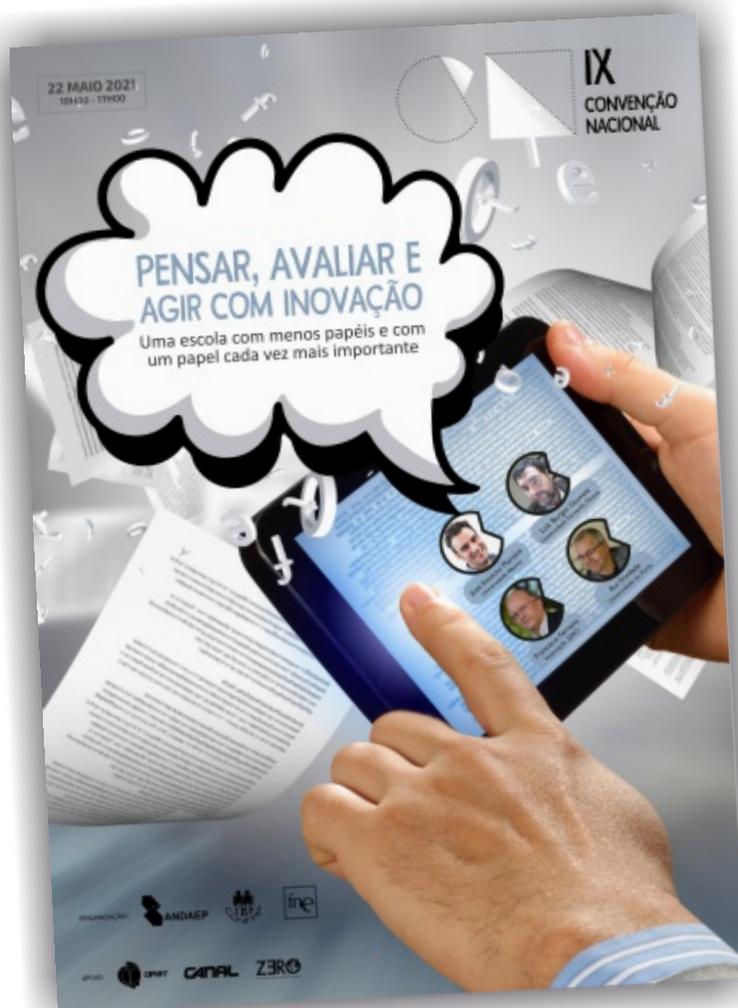
Contextualizando o papel dos professores como decisores curriculares, Rui Trindade referiu que a pergunta que temos que fazer é de que modo é que a Escola se pode afirmar como um espaço de construção de Literacia, de literacia matemática, científica e estética, passando a mencionar os obstáculos e as possibilidades à centralidade curricular das literacias. A terminar, e na resposta à pergunta de um participante, afirmou que “há muita coisa nas Ciências da Educação que vamos ter que aprender, muita coisa que vamos ter que aprender a fazer”. Para todos os desafios, os professores são, em sua opinião, imprescindíveis e fundamentais.



**Reveja aqui a IX Convenção da FNE, CONFAP e ANDAEP na íntegra.**



[facebook.com/fneduca](https://facebook.com/fneduca)  
[facebook.com/canal4pt](https://facebook.com/canal4pt)



O encerramento dos trabalhos pertenceu aos líderes das três organizações: Filinto Lima (ANDAEP), Jorge Ascensão (CONFAP) e João Dias da Silva (FNE). Todos consideraram a IX Convenção “muito desafiante para o futuro da Educação”, tendo o Secretário-Geral da FNE realçado que o caminho de uma escola em que o digital é complementar necessita de “valorização dos seus profissionais e de uma atitude - que não tem existido de parte do Governo - de diálogo social, negociação e concertação.

**João Dias da Silva lembrou a necessidade de “valorização dos profissionais da educação e de uma atitude - que não tem existido de parte do Governo - de diálogo social”.**

# MÁRIO MOURÃO, DO SBN: «A NEGOCIAÇÃO COLETIVA ESTÁ A DEGRADAR-SE»



**"No setor financeiro, infelizmente, há muito abuso do horário de trabalho. É uma grande preocupação para os sindicatos garantir o cumprimento do horário laboral. As pessoas precisam do seu tempo".**

"Cabe aos sindicatos acompanhar as mudanças e defender os trabalhadores para os desafios pós-pandemia", defendeu Mário Mourão no último webinar do ciclo com dirigentes sindicais "Desafios aos Sindicatos na pós-pandemia", que contou com o Presidente da Direção do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal (SBN) e com Joaquim Santos na moderação.

A questão da recusa do SBN em participar na fusão dos sindicatos bancários 'patrocinada' pela UGT, assim como novo posicionamento profissional e geográfico, foram o primeiro motivo de conversa. E Mário Mourão assumiu que "foi uma decisão ponderada e que contou com a participação dos sócios do sindicato com cerca de 90% a revelar-se contra essa fusão". E daí surgiu o crescimento do âmbito profissional e geográfico do SBN que se estende agora às fintechs (empresas que usam tecnologia para criar produtos ou prestar serviços na área de finanças), aos seguros e a outros setores financeiros a que os sindicatos bancários não tinham acesso.

Mas seguindo na senda das questões tecnológicas, Joaquim Santos atirou para o debate a situação de desemprego que esta transição digital que vivemos tem criado. E quanto a esta questão, o dirigente sindical considerou que "esta mudança, no setor financeiro já vinha a aconte-

cer antes da pandemia. O setor financeiro sofreu muito com a crise de confiança criada pelas situações que conhecemos ligados aos bancos nos últimos anos. As pessoas afastaram-se muito da banca e de vez em quando ainda temos alguns abalos como os que sentimos atualmente com as comissões parlamentares a que assistimos", sendo este um dos motivos que leva ao afastamento das pessoas com os balcões de bancos, levando a um aumento do desemprego. "Depois temos também o processo de digitalização. Tudo isto são grandes desafios que temos hoje para cumprir e não podemos defraudar quem protegemos".

E será a digitalização a cauda do fim do horário de trabalho? Segundo Mário Mourão "no setor financeiro, infelizmente, há muito abuso do horário de trabalho. Mas as pessoas acabam por acatar devido à incerteza que se vive ao nível do emprego. É uma grande preocupação para os sindicatos garantir o cumprimento do horário laboral. As pessoas precisam do seu tempo", acrescentando depois uma informação em tudo preocupante: "através dos nossos serviços de saúde, detetamos que há cada vez mais gente a procurar apoio de psiquiatria", sendo este um claro sinal da exaustão profissional que muitos e cada vez mais trabalhadores passam.

Trazendo de novo o digital para a conversa "não tenho números concretos, mas julgo que mais de 70% dos clientes já não recorrem ao balcão. Mas a própria banca tem dificultado o processo de forma a despedir mais trabalhadores", sendo que a reconversão de trabalhadores "é feita neste momento e cada vez mais pelas próprias instituições financeiras restando pouco espaço para os sindicatos fazerem formação também".

Os algoritmos no recrutamento são um dos maiores problemas que o mundo do emprego enfrenta neste momento e por conseguinte para os sindicatos. Segundo o Presidente do SBN "é muito difícil para os sindicatos combater o algoritmo. Por isso defendo que deve haver muito debate interno e reflexões para dar respostas a novos desafios como este" entrando depois a conversa num outro tema: a revisão do código de trabalho.

### O TELETRABALHO COMO NOVA FORMA DE PRECARIZAÇÃO

Mário Mourão defendeu a ideia de que "sempre que se mexe no código de trabalho, piora a situação dos trabalhadores. Sou, por exemplo, muito crítico da caducidade e do princípio do mais favorável, dois temas que acho que a UGT devia priorizar. Não defendo eliminar a caducidade, mas sim criar mecanismos que a regulem. Mas sobre o código de trabalho reforço que para pior já basta assim", afirmou.

E ao falar-se de código de trabalho em tempo de pandemia, é indissociável falar de teletrabalho. A COVID-19 obrigou os sindicatos a mudar toda a sua ação e o SBN não foi exceção com o dirigente do sindicato bancário a considerar que "tenho dúvidas que o teletrabalho traga benefícios ao trabalho e à economia" isto porque na sua visão "a retoma depende muito dos que estão em teletrabalho "como o caso da restauração e comércio que sofrem muito com a ausência de quem trabalha agora em casa". A regulação do teletrabalho "deve ser feita no âmbito da negociação coletiva e não se deve criar legislação que não se aplica em todos os setores. O financeiro tem especificidades que outros não têm" alertando para a possível precarização deste tipo de trabalho: "há muitas queixas, as empresas abusam e pressionam ainda mais dos trabalhadores com estes em casa, há problemas com o pagamento de subsídios e não se respeita o direito a desligar. Há perigo de precarização. Não sejamos românticos" acrescentando ainda outro facto que no caso do setor financeiro se afigura como mais sensível: A segurança dos sistemas.

Sobre o estado atual da negociação coletiva, Mário Mourão foi taxativo: "É de bloqueio permanente. A negociação coletiva está a degradar-se. O grande trabalho na recuperação da confiança das pessoas para com a banca tem sido feito pelos bancários. A banca desvaloriza a negociação de tal forma, que envia advogados para as reuniões e depois bloqueiam tudo porque não têm ordens para aceitar nada e bloqueiam o processo que assim chega a arrastar-se até um ano".

Questionado sobre o papel da FEBASE (Federação Nacional do Setor Financeiro) no futuro, o convidado deste webinar reforçou a ideia de que "a criação de um sindicato único criou feridas e clivagens, mas existe atualmente uma vontade para que a FEBASE retome um ambiente e caminho comum a todos, com unidade".

O futuro da banca em Portugal na pós-pandemia é risonho? Acima de tudo, para Mário Mourão, é um futuro com mudanças forçadas pela digitalização, em que a banca mantém um papel na sociedade, "mas onde temos de defender sempre os nossos trabalhadores".

A fechar, respondendo a algumas perguntas dos participantes que assistiram a esta iniciativa e que questionaram sobre as práticas de proximidade que os sindicatos hoje devem ter para com os seus sócios e restante sociedade, Mário Mourão frisou: "Há um divórcio entre os trabalhadores e a negociação coletiva. É nosso o desafio de aproximar as propostas daquilo que os trabalhadores desta nova geração esperam ouvir" considerando a terminar, respondendo ao desafio lançado por Joaquim Santos (Que conselhos daria a um jovem para ter carreira na banca?) que "hoje a banca já não é um emprego para a vida. Cria muito emprego, muito qualificado, mas paga mal. Criem carreiras que motivem. Mas em parte isto já passa da questão sindical para a questão política", rematou.

**"Há um divórcio entre os trabalhadores e a negociação coletiva. É nosso o desafio de aproximar as propostas daquilo que os trabalhadores desta nova geração esperam ouvir".**

Reveja aqui a intervenção de Mário Mourão, convidado do ciclo de Webinários "Desafios aos Sindicatos na pós-pandemia".



[facebook.com/fneduca](https://facebook.com/fneduca)  
[facebook.com/canal4pt](https://facebook.com/canal4pt)



# SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO NO REINO UNIDO - NASUWT PREPARADO PARA TSUNAMIS FUTUROS



Victor Agüera, responsável pela Negociação Nacional do NASUWT (Reino Unido), foi o primeiro convidado do ciclo de Webinários "Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação", organizado pela FNE e pelo Canal4 da AFJET, com moderação de Alexandre Dias.

Dirigente de um sindicato com 300 mil associados, Víctor Agüera apresentou a história do NASUWT, sublinhando que a sua organização "é um sindicato com passado e preparado para o futuro", além de ser liderado "numa base democrática, daí a agilidade como conseguiu lidar com a pandemia".

A apresentação do dirigente incluiu um pequeno vídeo onde a ex-presidente do NASUWT, Michelle Codrington-Rogers, afirmou que o uso intensivo das ferramentas online e o reforço de formações por via digital foram algumas das formas que o sindicato britânico utilizou para se aproximar dos seus sócios. No mesmo vídeo, Phil Kemp, Presidente do sindicato, referia que "é necessário investimento na educação pública do Reino Unido, para não se dar tanto protagonismo a esquemas diversos de privatização".

Phil Kemp realçou que o NASUWT tem um 'tsunami' de desafios pela frente, criados pela pandemia, finalizando o seu apontamento com um

agradecimento especial aos professores e restantes trabalhadores da educação, pelo esforço realizado neste último ano e meio. Victor Agüera partilhou também, com os participantes desta iniciativa, uma declaração do Secretário-Geral (SG) do NASUWT, Patrick Roach, que reafirmou a importância do futuro dos professores e elogiou o trabalho dos delegados sindicais, que "são o coração do sindicato a bater".

O responsável pela Negociação Nacional do NASUWT destacou algumas das questões que o seu sindicato enfrenta no Reino Unido, tais como a sobrecarga de trabalho que é atribuída aos professores e a falta de investimento na educação. Lá como cá, o investimento na educação é insuficiente e tem sofrido vários cortes ao longo dos últimos anos, prejudicando a qualidade do sistema educativo.

Victor Agüera recordou que o seu SG, Patrick Roach, chegou a exigir diretamente ao Ministro das Finanças um aumento do investimento, assistindo-se a um regresso das escolas a um sistema mais inclusivo e com maior segurança para todos. No Reino Unido não existe uma tradição forte de diálogo social, mas durante o tempo do governo socialista foi alcançado um acordo social histórico que, entretanto, já foi desfeito, e isso é algo que não facilita a luta sindical e obriga a seguir outros caminhos.

**"No Reino Unido não existe uma tradição forte de diálogo social, mas durante o tempo do governo socialista foi alcançado um acordo social histórico".**

Alexandre Dias, moderador do webinar, lançou ao convidado algumas questões, começando pela forma como é prestado o apoio legal pelo NASUWT aos seus membros e também tentando perceber como funciona a formação inicial e a avaliação dos professores em território britânico. Sobre a questão legal, Agüera assumiu que é algo que fica a cargo dos representantes locais do sindicato, professores que tiram algum tempo do seu trabalho semanal para lidar com algumas das questões jurídicas com que são confrontados. Mas "quando um sócio está numa situação em que esteja sujeito a despedimento, aí tem de ser um representante legal, por causa das respetivas consequências. Mas para esses casos temos pessoas com a formação adequada".

### AO FIM DE CINCO ANOS MUDAM DE PROFISSÃO

Já sobre a avaliação de desempenho, o dirigente sindical explicou que no Reino Unido ela baseia-se "numa avaliação com seis pontos na escala. Ao nível dos salários há progressão de acordo com os resultados dessa avaliação, sendo que até 2011 isso acontecia de forma automática". Pelo lado inverso, "agora há uma obsessão pela privatização e é com base no sucesso que se definem os objetivos".

Já na parte final do webinar, o moderador deixou ao convidado uma questão lançada pelos participantes sobre o rejuvenescimento da

profissão, questionando "qual é a idade de um jovem professor no Reino Unido". Ao contrário dos 45 anos em Portugal, Agüera achou curiosa a questão e afirmou que "os professores jovens no Reino Unido têm entre 22 e 30 anos e mal acabam o curso universitário começam a dar aulas".

No entanto, o grande problema no Reino Unido é conseguir que os professores continuem a trabalhar após cinco anos de serviço: "A retenção dos jovens professores é a nossa grande questão, porque a maioria abandona a carreira e mudam de profissão. Principalmente porque se trata de uma profissão muito exigente e com uma grande carga de trabalho associada. Os governos não estão a saber lidar com esta lacuna que, como todos sabemos, tem que ver com a falta de atratividade da profissão e da condição docente".

Victor Agüera também falou da falta de professores no Reino Unido, especialmente em disciplinas como Matemática, Ciências, Físicas e Químicas, mas também em certas áreas de Humanidades.

No seu comentário final, Alexandre Dias falou na necessidade de vincarmos a mensagem de que os sindicatos estão vivos, muito ativos, e prontos para os desafios que a pós-pandemia nos vai trazer. Os mesmos sindicatos que continuam a ser a melhor ferramenta de justiça social, de solidariedade e de liberdade, ultrapassando, juntamente com os seus sócios, dificuldades por toda a Europa e no resto do mundo.

**"Os professores jovens no Reino Unido têm entre 22 e 30 anos e mal acabam o curso universitário começam a dar aulas".**



Reveja aqui a intervenção de Victor Agüera, convidado do ciclo de Webinários «Sindicatos europeus respondem aos desafios da qualidade na educação»



facebook.com/fneduca  
facebook.com/canal4pt

# O TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO

O teletrabalho tem como paradigma fundamental o trabalho à distância, trabalho realizado através de equipamentos que permitem que o serviço, efetivamente prestado, seja realizado num lugar diferente daquele onde a empresa ou o negócio se encontram sediados.

Como já foi referido neste jornal, em artigos anteriores, a pandemia causada pelo Covid-19 veio dar uma notoriedade a este sistema de trabalho à distância. Ora o teletrabalho teve a sua grande implementação em 2020/2021, motivado pela defesa da saúde pública, mas a sua génese prende-se com a diminuição dos custos fixos das empresas e com o benefício dos trabalhadores em teletrabalho, para não perderem tempo e custos nas deslocações de casa para o trabalho e vice-versa, bem como na economia em roupas, e na possibilidade de não ter gastos com colégios dos filhos.

Este facto da economia em colégios, para os filhos dos teletrabalhadores, leva-nos a tecer uma questão prévia: estatisticamente, os trabalhadores em teletrabalho são maioritariamente mulheres, que já trabalham por dia mais de uma hora e treze minutos que os homens e encontrando-se em teletrabalho, na sua residência, com a obrigatoriedade de cuidar dos filhos em simultâneo, por questões económicas ou por monoparentalidade, leva-nos a ter uma certa apreensão, que certamente todos compreenderão, mas que não iremos tratar neste artigo.

Voltemos ao direito à desconexão no teletrabalho e não só tem como escape principal o evitar que as jornadas de trabalho não se prolonguem para além dos horários tradicionais, de modo



que garanta a conciliação da vida profissional com a vida familiar, ou como a doutrina espanhola denomina, direitos de presença por contraposição aos direitos de ausência.

Em Portugal, este direito à desconexão terá que ser conseguido através da negociação coletiva, pois não encontramos no Código do Trabalho Português o direito à desconexão expressamente nele espelhado, mas que o art.º 59.º 1., alínea b) e d) da CRP e o art.º 127.º do Código do Trabalho consagram, genericamente, nomeadamente o direito dos trabalhadores ao repouso e ao lazer a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas.

A nível Europeu, nomeadamente em França, o direito à desconexão teve consagração em várias convenções coletivas pois, em 2016, o Código do Trabalho Francês determinou que as empresas com mais de 50 trabalhadores, e apenas estas, tinham de negociar este direito, em sede de negociação coletiva.

A realidade atual francesa é que o direito à desconexão já não é de negociação coletiva obrigatória, mas passou a fazer parte das possibilidades de negociação, mas não de negociação obrigatória, portanto um recuo pois a transferência do ónus pela sua implementação passou para os sindicatos.



Em Itália, a Lei 81/2017 de 22 de maio determinou que o trabalhador deve acordar com o empregador a fixação do tempo de repouso e, em especial, das “medidas técnicas e organizativas necessárias para garantir a desconexão do trabalhador dos seus instrumentos tecnológicos de trabalho”.

Em Espanha, foi aprovada a Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, que no seu art.º 88.º consagrou o direito à desconexão aos trabalhadores públicos e aos trabalhadores do regime geral, tendo o Estatuto dos Trabalhadores de Espanha, no seu art.º 20.º, consagrado expressamente o direito dos trabalhadores à sua desconexão digital e à sua intimidade frente ao uso de dispositivo de videovigilância e geolocalização.

Por último, o Parlamento Europeu propôs que se avançasse com uma regulação europeia em matéria de direito à desconexão, com a aprova-

ção, em 21 de janeiro de 2021, de uma Resolução que recomenda uma Diretiva sobre esta questão, dado que o teletrabalho com a crise pandémica se tornou uma norma para muitos trabalhadores, que veio diluir as fronteiras entre tempos de trabalho e de não trabalho, com o objetivo de conciliar a vida profissional com a vida familiar.

Em tom de desafio, e enquanto a Diretiva Comunitária não é aprovada para obrigar os Estados Comunitários a legislar sobre o direito à desconexão nas relações de trabalho, deve o movimento sindical chamar à atenção, em âmbito de negociação coletiva, este direito à desconexão, na defesa da conciliação da vida profissional com a vida familiar dos Trabalhadores Portugueses, quer os Públicos, quer os do Regime Geral.

João Gois Ramalho  
Presidente do STAAE-ZC

**FUNCIONÁRIOS  
ESCOLA  
TAMBÉM EDUCAM**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

**"(...) o Parlamento Europeu propôs que se avançasse com uma regulação europeia em matéria de direito à desconexão, com a aprovação, em 21 de janeiro de 2021, de uma Resolução que recomenda uma Diretiva sobre esta questão".**



**STAE**  
ZONA NORTE

**STAE**  
ZONA CENTRO

**STAE**  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



#Teach4ThePlanet

*The world needs quality  
climate education for all!*



THE



needs quality climate  
education for ALL

#Teach4ThePlanet

## RESNET DA IE INTERLIGA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E SAÚDE

No dia 9 de junho de 2021, segundo e último dia da reunião da Rede de Pesquisa da Internacional da Educação (IE) – RESNET -, em que a FNE marcou presença, os participantes concentraram-se no ensino em tempos de *emergência climática* e de *saúde*. Os membros da RESNET sublinharam que é crucial construir uma base de evidências para a defesa sindical e a formulação de políticas que destaquem os educadores e a sua experiência em tempos de crise, válida para o futuro da Educação.

Haldis Holst, Secretária-Geral adjunta da IE, anunciou que o principal painel de pesquisa estava vinculado à campanha da IE para a educação e para as alterações climáticas, o denominado **“Teach for the Planet”**. Esta campanha, em que a FNE é protagonista em Portugal, visa um maior reconhecimento do papel da educação e da pesquisa na luta contra as mudanças climáticas, assim como os compromissos dos países para garantir uma educação de qualidade para todos a respeito das alterações climáticas e uma abordagem liderada por professores para uma educação de qualidade sobre mudanças climáticas.

Para apoiar sua campanha, a IE está a conduzir uma pesquisa que irá monitorar o progresso em direção aos objetivos da campanha. Em particular, a análise da extensão dos compromissos dos países com a educação sobre as mudanças climáticas, feitos como parte dos processos de revisão da Conferência das Partes (COP) das Nações Unidas e o rastreio para se determinar até que ponto esses compromissos se alinham com o entendimento de qualidade da IE sobre mudanças climáticas, conforme o definido no **“Manifesto da IE sobre Educação de Qualidade em Mudanças Climáticas para Todos”**.

**“(...) esta campanha visa um maior reconhecimento do papel da educação e da pesquisa na luta contra as mudanças climáticas”.**



## ENVOLVER TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Iselin Mulvik (PPMI - Centro Europeu de Pesquisa e Análise de Políticas) - também apresentou os resultados preliminares da pesquisa conduzida em conjunto pela IE e pela UNESCO sobre as perspectivas dos professores em relação ao ensino das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa também explora a preparação do professor para ensinar a Educação para a Cidadania Global, especificamente a educação sobre Direitos Humanos, incluindo igualdade de género, a tolerância e as diversidades culturais predominantes nas escolas.

Os dirigentes sindicais também informaram os seus colegas da ResNet sobre as atividades das suas organizações em relação à educação para as mudanças climáticas e para o desenvolvimento sustentável. Joaquim Santos sublinhou a prioridade deste tema para a FNE e para a AFJET em Portugal e Dominique Bernier (CSQ, de Québec) lamentou que a Educação para a Cidadania Global (GCED) e a Educação Ambiental não estejam integradas como tal no currículo.

Dominique Bernier saudou, por outro lado, o facto de que o movimento ACTES - Ações Coletivas para o Meio Ambiente e Social Transição - reforça a prática dos educadores e professores, por exemplo com a Educação para o Consumo Responsável e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS): "Temos que envolver todos os profissionais da educação nestes objetivos, para realizar experiências concretas que confrontam os alunos com as mudanças climáticas. Na verdade, há um verdadeiro entusiasmo entre os profissionais envolvidos nestas áreas".

## SEIS ÁREAS DE AÇÃO

Na sua intervenção, Sifiso Ndlovu, da Associação de Professores do Zimbabué (ZIMTA), fez algumas sugestões sobre como os sindicatos de educação poderiam apoiar a implementação de um ensino em tempos de *emergência climática* e de *saúde*, com a garantia de uma qualidade para todos. Ele mencionou as seguintes seis áreas de ação: 1. Desenvolvimento de estratégias de colaboração continental de monitorização; 2. Desenvolvimento de quadros de avaliação nacional; 3. Formação de redes mediadas por tecnologia para partilhar as melhores práticas e recursos; 4. A criação de perfis nacionais; 5. A oferta de Educação e formação para sócios e dirigentes sindicais; e 6. Mapear onexo nacional entre a Educação para a Cidadania Global, a Educação Ambiental e a Saúde, apoiando as suas atividades em temas identificados.

A emergência climática e as temáticas da saúde estão em comunhão permanente. Tal como foi frisado na RESNET, à Educação, em geral, aos educadores e professores de todo o mundo cabe uma responsabilidade incomensurável, na liderança de valores, comportamentos e juízos sustentáveis, que poderão mudar, de vez, o Planeta (que todos queremos Verde) em que vivemos.

Olhando para o futuro, os membros da RESNET também debateram as orientações para as próximas pesquisas a levar a cabo pela IE, nomeadamente os impactos da COVID-19 no género, nas lideranças educativas e nas tecnologias usadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem.

**«(...)à Educação, em geral, aos educadores e professores de todo o mundo cabe-lhes uma responsabilidade incomensurável, na liderança de valores, comportamentos e juízos sustentáveis, que poderão mudar, de vez, o Planeta».**



# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE MAIO A 25 DE JUNHO DE 2021

[Despacho Normativo nº 14-A/2021](#)  
[DR nº 102/2021, 2º Suplemento,](#)  
[Série II de 2021-05-26](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação*

Procede à regulamentação da realização de exames finais nacionais para melhoria de nota da classificação final da disciplina apenas para efeitos de acesso ao ensino superior e à definição do respetivo processo extraordinário de inscrição.

[Lei nº 33/2021-DR nº 104/2021,](#)  
[Série I de 2021-05-28](#)

*Assembleia da República*

Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução da Assembleia da República](#)  
[nº 153/2021-DR nº 104/2021,](#)  
[Série I de 2021-05-28](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo a reativação da campanha de sensibilização ambiental «O Clima é Connosco».

[Resolução da Assembleia da República](#)  
[nº 154/2021-DR nº 104/2021,](#)  
[Série I de 2021-05-28](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo que reveja os conteúdos da educação sexual nas escolas, garantindo a promoção da igualdade de género.

[Resolução da Assembleia da República](#)  
[nº 155/2021-DR nº 104/2021,](#)  
[Série I de 2021-05-28](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo a realização de um concurso de professores que responda às necessidades de pessoal docente.

[Despacho nº 5372/2021-DR nº 104/2021,](#)  
[Série II de 2021-05-28](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Homologa a eleição do reitor da Universidade da Beira Interior.

[Portaria nº 115/2021-DR nº 104/2021,](#)  
[Série I de 2021-05-28](#)

*Modernização do Estado e da Administração Pública*

Procede à distribuição de vagas para estágios na Administração Pública no âmbito do Programa «EstágiAP XXI».



[Resolução do Conselho de Ministros](#)  
[nº 64-A/2021-DR nº 104/2021, 1º Suplemento,](#)  
[Série I de 2021-05-28](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prorroga a situação de calamidade e altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Despacho nº 5474/2021-DR nº 106/2021,](#)  
[Série II de 2021-06-01](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Estabelece orientações para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., aprovar um regulamento de atribuição de bolsas de investigação excecionais.

[Decreto nº 8/2021DR nº 107/2021,](#)  
[Série I de 2021-06-02](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Sérvia nos Domínios da Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto e Juventude, assinado em Belgrado, em 18 de março de 2015.

[Resolução da Assembleia da República nº 158/2021-](#)  
[DR nº 108/2021, Série I de 2021-06-04](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo o reforço das respostas e estratégias na área da saúde mental.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 70-B/2021-](#)  
[DR nº 108/2021, 1º Suplemento,](#)  
[Série I de 2021-06-04](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prossegue a estratégia do levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19.

[Lei nº 35/2021-DR nº 110/2021,](#)  
[Série I de 2021-06-08](#)

*Assembleia da República*

Aprova medidas de apoio aos estudantes do ensino superior público e altera a Lei nº 38/2020, de 18 de agosto.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 74-A/2021-DR nº 111/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-09](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Lei nº 36/2021DR nº 113/2021, Série I de 2021-06-14](#)

*Assembleia da República*

Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública.

[Lei nº 36-A/2021-DR nº 113/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-06-14](#)

*Assembleia da República*

Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da Lei nº 62-A/2020, de 27 de outubro.

[Declaração de Retificação nº 18-A/2021-DR nº 113/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-06-14](#)

*Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral*

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros nº 74-A/2021, de 9 de junho, que altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Decreto-Lei nº 53-A/2021-DR nº 115/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-16](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera diversas medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 76-A/2021-DR nº 116/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-06-17](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Regulamento nº 560-A/2021-DR nº 116/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-06-17](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.*

Regulamento de atribuição de bolsas excecionais para mitigação de impactos da COVID-19 nas atividades de investigação.

[Resolução da Assembleia da República nº 170/2021-DR nº 117/2021, Série I de 2021-06-18](#)

*Assembleia da República*

Propõe a oferta de um exemplar da Constituição da República Portuguesa a cada estudante do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

[Declaração de Retificação nº 18-B/2021-DR nº 117/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-06-18](#)

*Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral*

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros nº 70-B/2021, de 4 de junho, que prossegue a estratégia do levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19.

[Resolução da Assembleia da República nº 173/2021-DR nº 118/2021, Série I de 2021-06-21](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo que avalie a forma de contabilização do tempo de serviço declarado à segurança social pelos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial.

[Despacho nº 6092/2021-DR nº 119/2021, Série II de 2021-06-22](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Gabinete do Ministro*

Determina as orientações para a fixação de vagas para o concurso nacional de acesso e concursos locais de acesso no ano letivo 2021-2022.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 77-A/2021-DR nº 121/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-24](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

[Decreto-Lei nº 54/2021-DR nº 122/2021, Série I de 2021-06-25](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional.

[Despacho nº 6325-A/2021-DR nº 122/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-06-25](#)

*Finanças e Educação - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado da Educação*

Fixa, para o ano de 2021, o número de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.



## Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique [aqui](#) para consultar os protocolos

+vantagens fne



# SINDICATOS EUROPEUS RESPONDEM AOS DESAFIOS DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

11 JUNHO



**Victor Agüera**

Responsável pela Negociação  
Nacional do NASUWT



1 JULHO



**PhD Yanka Takeva**

Presidente do SEB



24 JUNHO



**Maribel Loranca Irueste**

Secretária de Educação Pública  
da UGT-ESP Serviços Públicos



15 JULHO



**Christer Holmlund**

Diretor Relações  
Internacionais do OAJ

